

ANEXO A.4: DOCUMENTOS GENÉRICOS (SNC-AP)

**DOCUMENTOS GENÉRICOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS –
SNC-AP**

**7. RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE
FISCALIZAÇÃO**

Município de Albufeira

PARECER SOBRE AS CONTAS

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre o relatório de execução financeira, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, os mapas de execução orçamental, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas referentes ao exercício de 2021 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da **CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**.

1. No âmbito das nossas funções:

- Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo da CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA;
- Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático, e verificamos a regularidade nos respetivos livros, registos contabilísticos e documentos;
- Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e dos passivos pertencentes ou assumidos pela CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, particularmente no que respeita à adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e que constam expressos no Anexo às contas;
- Desenvolvemos os procedimentos de revisão e auditoria às contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo da CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, cujo conteúdo consideramos como fazendo a parte integrante do presente relatório;
- Verificámos a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.

2. As demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 131.599.182 euros, incluindo um saldo de gerência anterior, no valor de 56.515.084 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga de 95.373.904 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Emitimos ainda a Certificação Legal das Contas, com data de xx de março de 2022, a qual inclui 4 reservas, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Reservas:

i) Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis ascende a um valor líquido de 218.927.310 euros. No decurso do nosso trabalho foi identificado um conjunto de cerca de 300 ativos para os quais a Entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários para proceder à sua valorização, conforme previsto na NCP 5 e que, por esse motivo, se encontram registados com um valor bruto de montante nulo no cadastro. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

ii) Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a um valor líquido de 3.789.560 euros, cujo valor constante nos registos contabilísticos não é passível de reconciliar com os valores em dívida no Módulo de Gestão de Clientes. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

iii) Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Investimentos Financeiros ascende a 3.640.052 euros, e inclui uma participação financeira totalmente provisionada relativa à entidade PolisAlbufeira; Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., que se encontra em liquidação. Apesar de existir em curso um projeto de partilha de ativos e passivos, não foi possível aferir em que medida poderão resultar para a Câmara Municipal de Albufeira a transferência de responsabilidades, bem como a transferência de outros ativos. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

iv) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 apenas integram informação sobre contabilidade de custos, não estando devidamente implementada a contabilidade de gestão prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

4. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras e orçamentais relativas ao exercício de 2021 e o Relatório de Execução Financeira, bem como a proposta de aplicação dos resultados líquidos negativos apurados de 4.198.176 euros, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que, depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia da **CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**.

Lisboa, xx de xxxxx de 2022

Hugo Alexandre Mateus Salgueiro (ROC n. 1499), em representação de

DFK & Associados, SROC, Lda (SROC n.149)